

## RETORNANDO AO DEBATE SOBRE O IMPERIALISMO: A ATUALIDADE E A NECESSIDADE DA ABORDAGEM MARXISTA DE ROSA LUXEMBURGO

Glaudionor Gomes Barbosa  
Professor e Pesquisador do CAA/ UFPE/ Brasil  
[glaudionorbarbosa@gmail.com](mailto:glaudionorbarbosa@gmail.com)

Ana Paula Sobreira Bezerra  
Professora e Pesquisadora do CAA/ UFPE/ Brasil  
[anapsobreira@gmail.com](mailto:anapsobreira@gmail.com)

### Resumo

O artigo tem como principal motivação e justificativa a proposição de que as análises sobre o imperialismo mantêm atualidade e precisam ocupar, com mais frequência, a agenda dos cientistas sociais. Desse modo, o objetivo do trabalho é discutir a abordagem sobre o imperialismo de Rosa Luxemburgo, fazendo uso basicamente de sua obra *A acumulação de capital: contribuições à explicação econômica do imperialismo de 1913*, publicada em português em 1976. Buscou-se confrontar as posições da autora com outros enfoques. Utiliza-se do método do materialismo histórico, no sentido de procurar os elementos mais importantes do trabalho desta autora. Trata-se de uma pesquisa teórica e bibliográfica com base na produção intelectual de alguns autores. Ao buscar entender seu objeto, o trabalho não apenas procura entender os pontos de vistas de Rosa sobre a acumulação de capital, a reprodução ampliada e o Imperialismo, tenta historicizar o conceito, trazendo à tona contribuições importantes como as de Hobson (1985), Lênin (1975), Magdoff (1978), Kalecki (1877), Sweezy (1987), Chesnais (1996) e Marx (1975). Os principais resultados obtidos são de que as teses defendidas pela autora escolhida apesar de conter diversas imprecisões, como tantas outras que trataram deste tema ou de outros, é uma referência importante para discussão neste campo, e por lado, as idéias centrais de Luxemburgo mantêm bastante atualidade.

**Palavras-chaves:** Capitalismo. Acumulação de Capital. Imperialismo. Teoria. Luxemburgo.

### Abstract

The article's main motivation and justification for the proposition that imperialism analysis on the need to maintain current address and, more often, the agenda of social scientists. Thus, the objective of the paper is to discuss the approach on the imperialism of Rosa Luxemburg, making use of his work basically the accumulation of capital: contributions to the explanation of the economic imperialism of 1913, published in Portuguese in 1976. We tried to confront the views of the author with other approaches. Used is the method of historical materialism, to seek the most important elements of the work of this author. This is a theoretical research and literature based on the intellectual output of some authors. Seek to understand its object, the work not only seeks to understand the views of Rosa on the accumulation of capital, and expanded reproduction Imperialism tries to historicize the concept, bringing forth important contributions such as Hobson (1985), Lenin ( 1975), Magdoff (1978), KALECKI (1877), Sweezy (1987), Chesnais (1996) and Marx (1975). The main results are that the arguments chosen by the author despite

contain several inaccuracies, as many others who have dealt with this issue or other, is an important reference for discussion in this field, and by hand, the central ideas of Luxembourg still quite today.

**Keywords:** Capitalism. Accumulation of Capital. Imperialism. Theory. Luxembourg.

## **1. Introdução**

Esse trabalho surgiu como necessidade de investigar melhor a abordagem de Rosa Luxemburgo sobre o problema da acumulação de capital e o Imperialismo. Há uma conspiração do silêncio sobre o tema Imperialismo e sobre a obra da melhor seguidora de Marx, juntamente com Lênin. O enfoque da autora não sem razão pode ser denominado de o Imperialismo como expressão política da acumulação de capital. Ou seja, a abordagem de Schumpeter do imperialismo enquanto expressão de um atavismo mental oriundo de nossos ancestrais; e a abordagem de Hannah Arendt que defende a tese de que o imperialismo representa a emancipação política da burguesia. Este artigo tem o objetivo geral de analisar e entender a teoria do Imperialismo de Rosa buscando verificar de sua atualidade e como a se comporta frente às evidências históricas disponíveis.

O trabalho está estruturado em seis seções, além dessa introdução. A seção dois é uma digressão inicial; na seção três, discute-se a abordagem de Rosa Luxemburgo; na seção quatro analisa-se as relações entre globalização, mundialização do capital e Imperialismo; a seção cinco é uma digressão final.

## **2. Uma digressão inicial**

Durante muito tempo falar de imperialismo era como pronunciar um sonoro “palavrão” no meio de distintas Senhoras. O conceito, dizia-se, não tinha estatuto científico, era apenas uma palavra inventada pelas esquerdas que não aceitavam o crescimento e a prosperidade do Ocidente, e queriam “incendiar” o mundo, através de uma pretensa exploração exercida pelo imperialismo. Nos dias atuais, há uma retomada – ainda muito tímida – da discussão sobre este conceito. Será que o imperialismo existiu? Será que ainda existe? Ou será que nunca passou de uma peça propagandística dos socialistas?

Talvez por uma ironia da história, a noção de imperialismo moderno, de base econômica e em oposição ao imperialismo da antiguidade (Egito, Assíria, Roma, etc.) surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX, num ensaio intitulado “*As bases econômicas do imperialismo*”

de CONANT (1898), onde o mesmo argumentava que o imperialismo era essencial para absorver os excedentes de capital, dada as escassas vias de investimentos. Era o que Conant chamava de “capital congestionado”. Então parece evidente que o conceito de imperialismo sempre esteve longe de ter como genitora uma ideologia de esquerda. O imperialismo é um dado incontroverso do capitalismo. Na verdade, Conant argumentou na sua obra que não era partidário do imperialismo, mas que não temia a palavra e aceitava o princípio se era para os Estados Unidos afirmar seus direitos ao livre mercado em todos os lugares que estavam sendo abertos aos recursos capitalistas excedentários. Nas palavras do próprio autor:

*Pode-se discutir se esta política (imperialista) suporta o governo direto sobre grupos de ilhas semi-selvagens, mas do ponto de vista econômico da questão não há senão uma opção: ou entrar por algum meio na competição para o emprego de capital e empreendimentos americanos nesses países, ou continuar com a desnecessária duplicação dos existentes meios de produção e comunicações, com a conseqüente superabundância de produtos não consumidos, as convulsões que se seguem da paralisia do comércio, e a constante queda dos lucros sobre os investimentos que tal política negativa trará vinculada. (Conant, 1898: 29-30, parênteses nossos).*

O final do século XIX e começo do século XX dá início a grandes conflitos, principalmente a partilha da África pelas grandes potências mundiais. É o momento histórico do nascimento do imperialismo moderno que surge associado – em simbiose – com o capitalismo monopolista. O trabalho de Conant foi um marco, mas outros trabalhos de maior profundidade vieram em seguida. É o caso de “*Imperialismo: um estudo*” de HOBSON, 1902. As raízes de outros trabalhos subseqüentes, como os de Lênin e Rosa Luxemburgo encontra-se nessa obra pioneira. Segundo Hobson, a concentração da produção e da propriedade levava a expansão capitalista. O crescimento capitalista faz aparecer poderes produtivos excessivos, capital excedente em relação à capacidade de investimento produtivo. O consumo, ao contrário, tendia a não crescer na mesma proporção que a produção (tese que seria desenvolvida mais tarde por Rosa Luxemburgo, e denominada de teoria do subconsumo). Hobson não professava uma crença socialista ortodoxa, achava que todo o problema originava-se da concentração da riqueza, e que reformas que alterassem a distribuição de renda e fortalecessem a economia interna poderiam limitar os impulsos imperialistas.

Em “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*” (LÊNIN, 1975), Lênin, aprofunda algumas teses de Hobson. A principal motivação deste autor foi demonstrar como a rivalidade interimperialistas das grandes potências havia conduzido o mundo à Primeira Guerra Mundial. O

imperialismo era a fase monopolista e parasitária do capitalismo. O capitalismo monopolista era a negação do capitalismo competitivo, pois a concorrência se dava agora apenas entre as grandes empresas, e a sua natureza ia além da concentração de capital, pois a chave para compreensão da nova fase era o surgimento do capital financeiro, uma aliança entre as grandes corporações e o capital bancário dominando a economia, a sociedade e o Estado. Desse modo, o capitalismo monopolista levava diretamente a rivalidade interimperialista, cuja principal característica era uma violenta luta por mercados globais, que só podia conduzir às guerras. Lênin concordava no ímpeto imperialista de exportar capitais, mas avançava argumentando que se tratava de necessidade de controle sobre a riqueza, inclusive sobre as fontes mundiais de matérias-primas e de controle direto sobre os próprios mercados mundiais. Excetuando, talvez, o prognóstico de que o imperialismo seja uma fase decadente, e prenúncio da revolução social, a análise leninista parece manter toda sua atualidade nas condições recentes do capitalismo globalizado. A guerra dos Estados Unidos contra o Iraque não tem base objetiva, que não seja o controle mundial do petróleo. A própria guerra contra o terrorismo é, parcialmente, explicada pela necessidade de manter a “paz industrial”.

Em 1978, surge um livro importante, *“A Era do Imperialismo”*. (MAGDOFF, 1978). A grande qualidade dessa obra é fazer uso de abundante material empírico, principalmente estatística publicadas por órgãos oficiais dos Estados Unidos. A verdade foi que o mesmo não podia ser desqualificado como mero embate teórico, e muito menos ideológico. O que representou um problema para certas correntes que fogem de determinados confrontos intelectuais, necessários, alegando sempre a existência de um viés ideológico. Com o trabalho de Magdoff, os críticos teriam que combater os dados, muito bem utilizados, sobre a política externa americana. Aquele autor mostrou que os Estados Unidos combinam uma política externa fortemente intervencionista, inclusive no domínio militar, com um aparente “isolacionismo econômico”. Magdoff demonstrou que o pretenso “isolacionismo” não passava de um engodo, apresentando o fluxo de investimentos externos diretos (IDE) e o contra-fluxo exorbitante dos lucros. A notabilidade do trabalho é maior ainda quando o autor mostra a expansão financeira como sustentada pela posição hegemônica do dólar na economia mundial e pelo papel desempenhado pela dívida dos países dependentes na sustentação do capitalismo americano. Assim, o aumento dos serviços da dívida dos países subdesenvolvidos foi muito maior e mais rápido do que suas exportações, o que tem feito o peso da dívida se tornar sufocante para suas

debilitadas economias, com isso cresce a dependência financeira, a vulnerabilidade externa, e decaem as chances de um desenvolvimento nacional auto-sustentado.

Para Magdoff, a essência do imperialismo da segunda metade do século XX era a globalização do capital monopolista sob controle dos Estados Unidos. Por outro lado, capitalismo e imperialismo não são categorias teóricas diferentes. O capitalismo sempre foi um sistema mundial desde o início e sempre buscou a expansão, todas as tendências globalizantes do capitalismo são essencialmente imperialistas.

### **3. Rosa Luxemburgo: o imperialismo como expressão política da acumulação de capital**

Rosa Luxemburgo resolve escrever *A Acumulação de Capital* (LUXEMBURGO, 1976) que tinha nas primeiras edições o subtítulo de Contribuições à explicação econômica do imperialismo (a edição em português utilizada por este trabalho mantém o referido subtítulo), pelas dificuldades que encontrou em expor o processo global da produção capitalista, tanto para seus alunos, quanto na construção da obra de divulgação *Introdução à economia política*, que só seria editada e publicada postumamente em 1925. Ao investigar mais o problema chegou a conclusão que a dificuldade era de natureza teórica do Volume II de *O Capital* de Marx, além disso havia uma relevância prática muito grande na medida em que se relacionava com o imperialismo e suas raízes econômicas. Para a autora as bases econômicas do imperialismo se encontravam no próprio cerne do processo de acumulação de capital.

Na verdade, as concepções teóricas de Luxemburgo baseadas em amplo material empírico, é uma crítica cortante aos economistas clássicos e seus seguidores neoclássicos com sua lei dos mercados (não há possibilidade de crises, pois a oferta cria sua própria demanda); aos populistas russos (como o capitalismo depende para seu desenvolvimento dos mercados externos e este já estava dominado pelas potências européias, o mesmo estaria bloqueado na Rússia); aos marxistas legais que num outro extremo defendiam a possibilidade de crescimento infrene e indefinida de do capitalismo baseado apenas no mercado interno.

Contudo, é importante perceber que Luxemburgo está preocupada com o processo de reprodução ampliada, ou seja, com a realização da mais-valia e esta não se realiza completamente ao nível do mercado interno, pois os trabalhadores consomem seus salários integralmente e os capitalistas não conseguem gastar toda a renda adicional do processo de acumulação. Assim, continua a autora, no livro III de *O Capital* há o argumento de que existe uma contradição entre a

capacidade infinita de desenvolvimento das forças produtivas e a limitada capacidade de crescimento do mercado interno. É esta contradição que exige a necessidade de realização nos mercados externos. Nas próprias palavras da autora:

*O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontram ainda dominadas. Geograficamente, esse meio abrange, ainda hoje, a grande parte da terra. Mas, comparado com o poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, comparado com a rapidez com que hoje se transformam em capitalistas territórios pertencentes a culturas pré-capitalistas, ou, em outros termos, comparado com o elevado grau de forças produtivas do capital, o campo revela-se mesmo pequeno para sua expansão.* (LUXEMBURGO, 1976, p. 393).

A tese central de Rosa Luxemburgo relaciona-se intrinsecamente com o problema da realização da mais-valia. Todos os conceitos utilizados pela autora são de matriz marxista. O sistema desenvolvido é fechado no início, com base neste sistema, Luxemburgo elabora um construto teórico cujo cerne é a existência de uma contradição entre a capacidade ilimitada de expansão das forças produtivas e a capacidade limitada da expansão do consumo social baseado nas relações de distribuição capitalistas. Para a autora, o problema aparece quando se investiga a reprodução ampliada do capital. Na reprodução simples, um modelo teórico-abstrato, a mais-valia é realizada quando da apropriação pelos capitalistas para seu consumo próprio. Na reprodução ampliada o processo só se completa quando o capital constante é realizado através dos gastos de reposição dos próprios capitalistas; o capital variável é realizado através do consumo completo que os trabalhadores fazem de seus salários – os trabalhadores não poupam como no modelo de Kalecki. Em relação à massa de mais-valia que os capitalistas desejam acumular, não é possível realizá-la vendendo suas mercadorias aos trabalhadores, pois, como visto acima a classe trabalhadora esgotam seus salários na realização do capital variável. Desse modo, a saída seria um mero retorno ao modelo da reprodução simples. Contudo, o que se busca entender é a forma real de expansão capitalista, que é a reprodução alargada. A única solução teoricamente consistente é abandonar a suposição de um sistema fechado. A realização da mais-valia, assim, depende de “mercados externos” à economia capitalista propriamente dita, ou seja, numa primeira aproximação depende da venda das mercadorias aos consumidores pertencentes às regiões não-capitalistas dentro dos limites internos da nação (camponeses e pequena produção urbana não-mercantil, por exemplo), que viveriam sob a forma elementar da reprodução simples.

Entretanto, na hipótese, bastante realista, de que todos os segmentos das populações “retardatárias” das nações de capitalismo avançado fossem absorvidos, a impossibilidade teórica de um capitalismo fechado se manifestaria na prática. O modo de produção capitalista perderia a capacidade de se reproduzir. Nas palavras da própria autora:

*Na realidade, as condições reais que imperam na acumulação do capital são completamente distintas da reprodução simples do capital social total... O problema se coloca da seguinte maneira: como se configura a reprodução social, admitindo-se que a mais-valia não é totalmente consumida pelos capitalistas, mas que uma parte crescente se destina à ampliação da produção?... Só podem realizar o capital variável, a parte desgastada do capital constante e a parte consumida da mais-valia... Mas nem os operários nem os capitalistas podem realizar eles próprios a parte da mais-valia destinada à capitalização. Conseqüentemente, a realização da mais-valia para fins de acumulação é um problema insolúvel numa sociedade constituída apenas de operários e capitalistas. Até agora, só consideramos a reprodução ampliada num aspecto: partindo da questão de como se realiza a mais-valia... A realização da mais-valia é, com efeito, a questão vital da acumulação capitalista. Se, para simplificar, prescindimos totalmente dos fundos de consumo dos capitalistas, a realização da mais-valia requer. Como primeira condição, um círculo de compradores que estejam fora da sociedade capitalista. Na verdade, a mais-valia só pode ser realizada por camadas sociais ou sociedades cujo modo de produção é pré-capitalista. (LUXEMBURGO, 1976, p. 300-302).*

Luxemburgo (1976) insiste em que a reprodução simples, no sentido do consumo de toda mais-valia pelos capitalistas, é apenas um artifício teórico. No capitalismo a reprodução é sempre ampliada e se confunde com o processo de acumulação de capital. Em primeiro lugar não há nenhum problema em se partir de um modelo mais abstrato e caminhar até um mais concreto. O problema surge quando o modelo inicial não possui aderência à realidade, o que não é o caso aqui. Além do mais sociedades simples efetivamente garantem sua continuidade na temporalidade histórica, através de reprodução simples. A primeira questão que a autora deseja colocar é que o capitalismo não funciona do mesmo modo que sociedades simples e não-mercantis e neste ponto é impossível discordar de Luxemburgo. Em segundo lugar é um absoluto equívoco pensar que Rosa considere o esquema de reprodução ampliado, como, destituído de valor teórico ou de sentido histórico. A autora compreende que teoricamente é possível compreender o esquema de reprodução simples como ponto de partida da acumulação capitalista, enquanto o esquema de reprodução ampliada seria o ponto de chegada.

Luxemburgo (1976) tem plena consciência que se encontra no campo da teoria, ou seja, enquanto construção teórica a acumulação de capital torna-se uma impossibilidade na medida em

que a capitalização e a própria realização da mais-valia são impossíveis. Entretanto, a autora realiza o movimento final que leva a uma perspectiva de colapso do capitalismo:

*No momento em que o esquema marxista da reprodução ampliada corresponde à realidade, denuncia o término, o limite histórico do movimento de acumulação, isto é, o fim da produção capitalista. A impossibilidade da acumulação significa do ponto de vista capitalista, a impossibilidade do desenvolvimento posterior das forças produtivas e, assim, a necessidade histórica objetiva do desabamento do capitalismo. Disso resulta o movimento contraditório da última etapa imperialista, que é o período final da carreira histórica do capital. (LUXEMBURGO, 1976, p. 364).*

Seria o que ficou conhecido como a teoria do colapso de Rosa Luxemburgo, a parte mais importante dos seus trabalhos? Parece que não. Como a autora estava fortemente comprometida com a luta ideológica contra os defensores do capitalismo e com a luta política contra algumas correntes ditas socialistas, a ênfase de Rosa termina obscurecendo o melhor de sua teoria, isto é, a reafirmação marxista (de Marx) de que o limite do capital é o próprio capital. Explica-se: a necessidade de expansão do capital é um dado estrutural deste modo de produção e, longe de se reduzir com a passagem tempo, tornou-se sempre crescente desde que Luxemburgo escreveu sua obra. Questões importantes colocadas pela autora mantêm toda a atualidade como será visto mais abaixo.

No referido livro, a autora faz uma longa discussão sobre os problemas de crescimento de uma economia capitalista, procurando, também, compreender os movimentos cíclicos da mesma. Ela entende e expressa com bastante clareza que apesar dos períodos alternados de prosperidade e crise terem um papel importante na reprodução, não é o problema essencial da reprodução. A verdade é que os movimentos de expansão e contração da economia capitalista, além de serem fenômenos de curto e médio prazo, com exceção do ciclo de Kondratieff, o comportamento cíclico da economia capitalista faz com que a produção seja maior ou menor em relação a linha de tendência histórica, que é a demanda efetiva. É evidente para Luxemburgo que em períodos mais longos predomina um volume médio de reprodução que é função dos ciclos acrescido do aumento progressivo da capacidade produtiva.

Do ponto de vista deste trabalho, a parte mais vigorosa da teorização de Luxemburgo é sobre o imperialismo, aparentemente secundária segundo alguns autores:

*Rosa Luxemburgo esperava que seu livro servisse para esclarecer o problema do imperialismo. Mas não se pode dizer que ela tenha procurado formular uma teoria do imperialismo. Suas concepções teóricas a respeito desse problema são apresentadas apenas como breves observações feitas no decorrer do livro... E o que*



*ela diz explicitamente a respeito do imperialismo como fase histórica específica do processo de acumulação capitalista se resume a duas frases... . (MIGLIOLI, 1982, p. 191).*

Para muito além da má vontade de Miglioli com Luxemburgo, é preciso esclarecer duas questões: em primeiro lugar, a obra “*Acumulação de capital e demanda efetiva*” de Jorge Miglioli é uma das principais referências em língua portuguesa sobre as questões de realização da produção e da demanda efetiva; depois se trata de obra de um importante seguidor de Kalecki (o que evidentemente não é nenhuma crítica, pois Kalecki é referência fundamental para qualquer economista não autista de todo e qualquer país). Contudo, Miglioli comete o pecado de disparar para todos os lados em defesa de Kalecki, enquanto o grande economista polonês apesar de fazer algumas críticas à Rosa, termina defendendo a atualidade do pensamento daquela autora, como se verá mais adiante.

Já foi argumentado neste trabalho que o esforço teórico de Rosa dirigia-se principalmente contra o revisionismo, em particular Eduard Bernstein (1850-1932) e Karl Kautsky (1854-1938). Bernstein deformou todas as teses fundamentais do marxismo, inclusive afirmando que na medida em que os salários reais aumentavam e o exército industrial de reserva se reduzia, o capitalismo poderia se desenvolver indefinidamente. Para Kautsky o Imperialismo era uma forma particular e agressiva de expansão levada a cabo, apenas, por pequenos grupos capitalistas, como os bancos e os segmentos militares contrários aos interesses globais da classe capitalista, como mostra VALIER (1969) e VILLA (1976).

O eixo das teses reformistas de Bernstein era de que o capitalismo havia sofrido mudanças para melhor no sentido que a democratização das sociedades capitalistas tornava desnecessário a luta pelo socialismo:

*No domínio político, segundo Bernstein, também haver-se-ia produzido uma série de transformações em direção à democratização da sociedade. Os privilégios da burguesia, ante o progresso das instituições democráticas, estariam em vias de extinção. Teriam sido introduzidas igualmente formas de controle social sobre as tendências exploradoras do capital, como a legislação sobre as fábricas, a democratização da administração municipal e a emancipação das instituições sindicais e corporativas de toda a trava legal. Bernstein conclui então que em lugar de especular sobre a grande catástrofe, dever-se-ia tratar de organizar politicamente a classe operária, preparando-a para a democracia e para a luta em prol da reforma do Estado, que desta forma perderia seu caráter de classe. (ANDRADE, 2005, p. 3)*

No que diz respeito a Kautsky é por demais conhecido o revisionismo do autor sobre o Imperialismo e a questão colonial, e de uma burguesia que repudiaria o próprio Imperialismo, assim como o militarismo. Tais posições daquele autor eram apresentadas alguns anos antes da Segunda Guerra Mundial. Um fato grave é o apoio do mesmo aos fascismos:

*Ora, entra pelos olhos adentro que a reforma fascista é hoje a única reforma objectivamente possível que o capitalismo pode realizar. De facto, o «programa de socialização» que os sociais-democratas jamais ousaram pôr em prática enquanto detiveram o poder, foi em grande parte realizado pelos fascistas. Do mesmo modo que as reivindicações da burguesia alemã não foram satisfeitas em 1848 mas só depois, pela contra-revolução que se seguiria, assim o programa da social-democracia só foi levado a cabo por Hitler. Foi, na verdade, graças a este, e não à social-democracia, que velhas aspirações socialistas, tais como o Anschluss da Áustria e o controle estatal da indústria e bancos, deveria entrar na ordem dos factos. Foi Hitler, e não a social-democracia, quem proclamou feriado o 1.º de Maio.* (KAUTSKY, 1937 apud MATTICK, 1939, p. 9)

Algumas críticas teóricas feitas à Luxemburgo possuem consistência e vigor, inclusive porque muitas das idéias da autora independem de contradições nos esquemas de reprodução marxistas. Do ponto de vista estritamente teórico não há impossibilidade da reprodução ampliada, pois apesar dos “mercados externos” serem importantes, a mesma poderia ocorrer sem eles. A grande importância das teses de Rosa é sua pertinência histórica. O capitalismo histórico funciona de modo muito próximo da teoria da autora. A conquista de novos mercados foi e continua sendo uma necessidade do capitalismo; a luta do capital com a cobertura dos Estados capitalistas no mercado internacional por territórios e zonas de influência.

Na verdade para Luxemburgo, as atitudes imperialistas dos países de capitalismo mais avançado são tentativas de manter ou aumentar o controle sobre as nações mais atrasadas e, portanto, não capitalistas. Desse modo, os capitalistas precisariam permanentemente conquistar novos mercados não-capitalistas, de modo a realizar a mais-valia vendendo seus excedentes de mercadorias. Assim, do ponto de vista da autora, a expansão imperialista para o exterior se transformou em questão essencial para a continuidade e sobrevivência do capitalismo. Ao buscarem as regiões não capitalistas, os capitalistas conseguiam maior desenvolvimento potencial das fontes de exploração, abertura e consolidação de novos espaços para a canalização dos investimentos, redução do excesso de capital interno (capital congestionado) e estímulo às exportações. SWEEZY (1973) apresenta a questão da seguinte forma:

*À base dessa teoria, o imperialismo surge como uma tentativa da parte das nações capitalistas de controlar o máximo possível do mundo do mundo não-capitalista*

*ainda restante. As tarifas altamente protetoras parecem constituir o meio pelo qual cada país busca barrar aos outros o acesso ao seu próprio mercado interno não-capitalista. Dessa forma os mais notáveis fenômenos da última fase do desenvolvimento capitalista são explicados como consequência da iminência do esgotamento do mercado não-capitalista. Pelo mesmo indício, são considerados como os precursores do iminente colapso do capitalismo, que nenhuma força do mundo pode impedir. (SWEEZY, 1973, p. 232).*

Para Luxemburgo, o Imperialismo incorpora sempre um elemento de coerção dos países mais fortes sobre os mais fracos. Assim, no mundo real a força é a única solução ao alcance do capital. Assim, pode-se dividir para efeitos de análise, em quatro, os objetivos da luta do Imperialismo para dominar e submeter aos seus interesses as economias que não são ainda, capitalistas: primeiro, entrar em posse das grandes estoques de matérias-primas das economias dominadas, seja pela propriedade direta das fontes ou do barateamento do preço de suas mercadorias; segundo, a destruição dos métodos tradicionais de produção, para criar trabalhadores assalariados que tinham de vender sua força de trabalho para sobreviver; terceiro, transformar as economias não-mercantis em economias de mercado; e quarto, separar a indústria do comércio e da agricultura, antes perfeitamente interligadas nas economias não-mercantis.

Um elemento fundamental da análise da autora é a definição dos mecanismos de operação do Imperialismo. O mecanismo básico utilizado pelos países imperialistas para criar e desenvolver as relações de mercado necessárias à acumulação era a utilização do poder coercitivo, seja através de ações militares, como um meio importante para se conseguir alocar o excedente de forma a provocar a multiplicação da mais-valia. O militarismo funcionaria como um gerador de fontes de demanda, pelo fato de recursos serem canalizados para um investimento economicamente improdutivo. Tal mecanismo seria importante, também no sentido de manter e garantir as desigualdades na distribuição de renda e da riqueza, pois o aumento da demanda agregada se daria sem um aumento correlato da capacidade produtiva da economia.

A questão e o papel do militarismo, na teoria de Luxemburgo é de importância primacial, pois, segundo a autora, para os grandes conglomerados econômicos, uma saída apropriada em virtude das transformações advindas do desenvolvimento capitalista e do processo de concorrência. Com isso, algumas sociedades e culturas tradicionais eram tratadas como territórios econômicos neocoloniais, outras se transformavam em economias de mercado dependentes das economias avançadas, embora politicamente fossem independentes. Seja como for, os novos mercados eram utilizados para suportar as exportações dos países avançados, servindo de fontes

de matérias-primas baratas e como espaço que garantia o financiamento destas, baseado na propriedade dos recursos e do capital.

Segundo Luxemburgo o papel dos empréstimos internacionais é fundamental no processo de acumulação de capital ou se preferir na demanda efetiva e a autora apresenta dados importantes de fontes oficiais, principalmente sobre os empréstimos para construção de uma ampla malha ferroviária no mundo todo. É importante frisar quem os investimentos em Estradas de Ferro são muito altos: têm-se, a construção das linhas férreas, estações, etc., as encomendas das máquinas e equipamentos, e a operação dessa atividade econômica gera necessidades várias, incluindo reposições. Aliás, quem inconscientemente confirma a tese de Rosa é Alfred Chandler<sup>1</sup>. É necessário salientar que diferentemente de alguns críticos apressados de Luxemburgo, os argumentos dela são por demais consistentes:

*No período imperialista, os empréstimos exteriores desempenham o papel principal na independência de Estados capitalistas modernos. As contradições da fase imperialista se manifestam sensivelmente nas contradições do sistema moderno de empréstimos exteriores. Estes são indispensáveis para a emancipação dos Estados que aspiram ser capitalistas e são, ao mesmo tempo, o meio mais seguro dos Estados capitalistas antigos exercerem sua tutela sobre os modernos, controlarem sua economia e fazerem pressão sobre sua política exterior e sobre sua política alfandegária e comercial. São o meio principal para abrir ao capital acumulado dos países antigos novos campos de investimento e, ao mesmo tempo, criar naqueles países novos competidores; aumentar, em geral, o espaço de que dispõe a acumulação do capital e ao mesmo tempo estreitá-lo. (LUXEMBURGO, 1976, p. 367).*

A citação acima é seguida por trinta e cinco páginas de uma volumosa massa de dados que são paciente e criteriosamente analisada. Os dados referem-se à cinco regiões geoeconômicas (Europa, América, Ásia, África e Austrália) e algumas dezenas de países. Alguns exemplos podem ser citados: (a) no que diz respeito a malha ferroviária, temos que na Europa ela cresce de 11.313,61% e na América de 10.972,40%, dois valores muito altos e próximos; (b) em geral um empréstimo substituía um outro, os juros dos empréstimos antigos eram pagos sempre com novos empréstimos; (c) os empréstimos sempre representavam uma operação de usura e os banqueiros ficavam com 20 a 33% do negócio.

Em outra parte deste trabalho falou-se de críticas que as teses de Rosa sofreram. SWEEZY (1973, p. 232-233) nos diz que um erro que obscurece os demais é que, quando a autora começa a

---

<sup>1</sup> "O custo de construção de apenas uma milha de boa via férrea era suficiente para pagar um novo barco a vapor de porte médio inteiramente equipado". In: Chandler (1977) apud McCraw (1998: 144).

discutir a reprodução ampliada, ela mantém as hipóteses da reprodução simples, pois supõe que o consumo dos trabalhadores não pode realizar nenhuma mais-valia, implicando que a quantidade de capital variável e, por tabela, o consumo dos trabalhadores, devam permanecer fixos e constantes, como na reprodução simples. Segundo Sweezy, ao invés disso, a acumulação acarreta aumento do capital variável, e quando esse capital variável adicional é gasto pelos trabalhadores, realiza uma parte da mais-valia que tem a forma física de bens de consumo.

*Apesar de seus sérios erros de análise e da hostilidade do marxismo oficial, Rosa Luxemburgo era mais genuinamente marxista do que qualquer outro membro do movimento alemão como materialista histórico, se não como teórico da Economia no sentido mais limitado, ela estava muito acima de seus críticos... Ao contrário de Marx, ao rejeitar 'a capacidade ilimitada da acumulação do capital', Rosa Luxemburgo estabeleceu um conceito de colapso mecânico. Mas essa diferença é, no final das contas, sem importância, quando contraposta ao seu acordo fundamental com a natureza do próprio processo histórico. (SWEEZY, 1973, p. 235-236).*

Para complementar o elogio e a capacidade de enfrentar e derrotar seus adversários no campo das idéias, Sweezy cita um trecho eloqüente da autora:

*Se levantarmos, como os 'entendidos', a suposição da capacidade ilimitada de acumulação de capital, então o chão firme da necessidade histórica objetiva escapa aos pés do socialismo. Teremos de nos refugiar na névoa das escolas e sistemas pré-marxistas que pretendem derivar o socialismo apenas da injustiça e crueldade do mundo presente e da mera vontade reativa<sup>2</sup> da classe operária. (Luxemburgo apud SWEEZY, 1973, p. 236).*

É muito difícil para qualquer teórico ou estudioso do campo do socialismo, escapar da crítica desconcertante de Luxemburgo. Realmente se o capitalismo possui uma capacidade infinita de promover a acumulação de capital não resta nada a fazer: ou se cai na “nebulosa” do socialismo utópico ou a possibilidade de substituição do modo de produção capitalista pelo socialismo, depende apenas da luta política, ou seja, não há contradição em processo.

Segundo PALLOIX (1972), o principal equívoco de Luxemburgo estava em localizar o desenvolvimento das contradições do modo de produção capitalista ao nível mundial, no qual o Imperialismo só poderia agir em escala mundial, ao contrário do próprio Palloix que defendeu que as contradições surgem nos países de capitalismo maduro (industrializados), que as repercutem sobre os países capitalistas mais atrasados, aonde as contradições vão se desenvolver.

---

<sup>2</sup> A palavra encontrada na tradução brasileira de Sweezy (1973) é *reacionária*, que além de não ter sido encontrada em vários dicionários, leva a muitas dubiedades. Assim, utilizou-se o termo *reativa* que efetivamente corresponde ao vocábulo do inglês *reactive*.

Mas mesmo apresentando essas críticas à Luxemburgo, o autor não deixa de destacar as contribuições teóricas daquela autora, em particular a contribuição essencial que é a das determinações do modo de produção capitalista.

KALECKI (1987) começa argumentando que *“os capitalistas fazem muitas coisas como classe, mas certamente eles não investem como classe”*. (KALECKI, 1987, p. 15). Contudo, o autor afirma que mesmo seguindo outro caminho teórico, chegou a uma conclusão semelhante aquela de Luxemburgo, isto é, a reprodução ampliada não é de modo nenhum um fato “natural”. É Kalecki, também, que com a devida coragem e integridade intelectual afirma: *“Es interesante hacer observar la afinidad que existe entre estas teorías (o autor se refiere à teoria da acumulação de capital e da reprodução ampliada) y las de Rosa Luxemburg”*. (KALECKI, 1970, p. 18.) (Parêntesis nossos).

Segundo Kalecki a principal dificuldade da tese de Luxemburgo é supor exportações sem importações. As últimas absorvem uma parte importante do poder de compra da mesma forma que as mercadorias produzidas internamente. A variável relevante é o saldo de exportações. A conclusão que se deve tirar é a de que os “mercados externos” líquidos sem dúvida desempenharam um papel importante no desenvolvimento do capitalismo, mas não tanto como ao se considerar as “exportações” brutas. Outro problema identificado por Kalecki na obra de Luxemburgo é a ausência do progresso técnico como elemento que auxilia a viabilizar a acumulação de capital.

Kalecki argumenta, ou antes, reconhece que um dos momentos teóricos mais importantes das teses de Luxemburgo,

*... é a inclusão em seus ‘mercados externos’, juntamente com os outros elementos antes mencionados (países subdesenvolvidos, regiões atrasadas de países desenvolvidos, agricultura camponesa), do mercado criado pelas compras do governo, em particular as compras de armamentos.* (KALECKI, 1987, p. 16).

Diferentemente de outros autores, incluindo Lênin, que atacaram Luxemburgo, muitas vezes sem razão ou com excesso verbal, e geralmente, concentrando as críticas apenas nos aspectos mais frágeis dos argumentos da autora, KALECKI (1987) termina seu texto com a seguinte citação:

*Os ‘mercados externos’, no sentido amplo de Rosa Luxemburgo, na forma de gastos em armamentos e despesas supérfluas – na medida em que são financiadas por*

*empréstimos e tributos dos capitalistas –, exercem hoje um papel central no funcionamento do capitalismo moderno. É verdade que Rosa Luxemburgo não previu a enorme importância desse tipo de ‘mercado externo’ na absorção da acumulação. Mas, de um modo ou de outro, ela sustentou que o capitalismo é salvo pelos ‘mercados externos’. Em seu tempo, isso sem dúvida era exagerado, mas atualmente é certo. (KALECKI, 1987, p.18).*

A verdade é que Kalecki sempre se manteve próximo das teses de Luxemburgo. Se os capitalistas não investem como classe, também não havia, nem há garantia de que o capitalismo seja capaz de realizar sempre e sem problemas a reprodução ampliada. Os ‘mercados externos’ são importantes sim, principalmente sobre as formas de despesas governamentais e de empréstimos internacionais.

Finalizando, argumenta-se que Luxemburgo chega a conclusões importantes que em geral sofrem uma “conspiração do silêncio”, seja pelos críticos de direita por razões ideológicas evidentes, e seja pelos críticos da esquerda, fruto da vitória de um certo “leninismo” que seria mais apropriado chamar-se pelo verdadeiro nome, isto é, stalinismo. Com certeza, é o momento de retornar com aquelas conclusões fundamentais para qualquer debate contemporâneo que pretenda de fato enfrentar o problema:

(a) a questão externa não é propriamente um fato recente no capitalismo, mas uma condição permanente no seu desenvolvimento;

(b) a procura por mercados externos é uma contradição primordial do capitalismo, tão fundamental quanto as outras analisadas por Marx em *O Capital*;

(c) o capitalismo, em sua evolução histórica, é o primeiro sistema econômico com condições de expansão mundial. E esta expansão continuará até destruir todas as formas econômicas anteriores;

(d) quando o sistema capitalista assumir uma forma mundial pura, a contradição entrará em processo e significará a impossibilidade de expansão permanente.

#### **4. Globalização, Mundialização ou Imperialismo**

Globalização é um conceito opaco que pode significar muitas definições, dependendo dos interesses e das correntes de opinião. De maneira esquemática pode-se dizer que a globalização corresponde ao envolvimento de várias economias no mercado internacional, ou a interdependência comercial entre os países, que pode ser observada através do acelerado e

intenso crescimento relações comerciais e dos investimentos multinacionais. Um outro aspecto associado ao termo é que o fenômeno é marcado pela expansão mundial das grandes corporações internacionais. Um exemplo: a McDonalds, possui 18 mil restaurantes em 91 países. Essas corporações exercem um papel decisivo na economia mundial. Segundo pesquisa do Núcleo de Estudos Estratégicos da USP, em 1994 as maiores empresas do mundo (Mitsubishi, Mitsui, Sumitomo, General Motors, Marubeni, Ford, Exxon, Nissho e Shell) tinham um faturamento de 1,4 trilhão de dólares. Esse valor equivale à soma dos PIBs do Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai, Venezuela e Nova Zelândia

Outro ponto importante desse processo são as mudanças significativas no modo de produção das mercadorias. Auxiliadas pelas facilidades na comunicação e nos transportes, as transnacionais instalam suas fábricas sem qualquer lugar do mundo onde existam as melhores vantagens fiscais, mão-de-obra e matérias-primas baratas. Essa tendência leva a uma transferência de empregos dos países ricos - que possuem altos salários e inúmeros benefícios - para as nações industriais emergentes, com os Tigres Asiáticos.

*Com a globalização, a vantagem de localização que um país tinha na produção de algum bem passa a ser ameaçada pela competição internacional. Se o brasileiro não tem preço competitivo, perde mercado para empresas da Índia. Mas, ao mesmo tempo em que traz risco, a globalização cria oportunidades. A única barreira que fica entre países e empresas é a da competência. (SERGIO ABRANCHES. Veja, 03/04/1996, p. 89)*

Há uma tendência de tentar-se apresentar a globalização como um processo inteiramente novo e surpreendente. Muitos historiadores afirmam que este processo teve início nos séculos XV e XVI com as “Grandes Navegações”. É assim, historicamente falando que o homem europeu entrou em contato com povos de outros continentes, estabelecendo relações comerciais e culturais. Porém, a globalização atual se efetiva no último quartel do século XX, logo após o desmonte do “socialismo real” no leste europeu e na União Soviética.

*A globalização é tão velha como Matusalém. O Brasil é produto da expansão do capitalismo europeu do final do século XV. O que está havendo agora é uma aceleração. Isso pode ser destrutivo para o Brasil, se o país não administrar sua participação no processo. A globalização é boa para as classes mais favorecidas. As menos favorecidas ficam sujeitas a perder o emprego. (Paulo Nogueira Batista Junior. Veja, 03/04/1996: 84).*



Com os mercados internos saturados, a maioria das grandes cooperações buscou conquistar novos mercados consumidores, principalmente dos países, ditos emergentes e daqueles do ex-Bloco Soviético. A concorrência fez com que as empresas utilizassem cada vez mais recursos tecnológicos para baratear os preços e também para estabelecerem contatos comerciais e financeiros de forma rápida e eficiente. Na verdade trata-se de um processo provocado pela necessidade imperiosa da dinâmica capitalista de formar um mundo sem fronteiras, apenas no sentido de permitir maiores mercados para os países centrais cujos capitais encontram-se congestionados do ponto de vista dos mercados internos. Dessa forma, é correto. Com isso, estimula-se a expansão capitalista e obtém-se melhores condições para a realização transações financeiras e alargamento dos negócios para mercados distantes e emergentes, sem necessidade de altos investimentos em capital financeiro. O resultado é um aumento acirrado da concorrência. Este trabalho argumenta que a globalização é o processo de ampliação da hegemonia econômica, política e cultural do capitalismo central sobre as demais nações periféricas e semiperiféricas. Desse modo, coincide com o conceito desenvolvido no final do século XIX e começo do século XX, chamado de Imperialismo.

Por mundialização do capital entende-se a nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial, surgida no último quartel do século XX. A favor deste conceito está sua maior precisão e consistência teórica em oposição ao opaco conceito de globalização.

*A “mundialização” deve ser entendida como um regime institucional internacional específico, tanto econômico quanto político, em benefício do capital concentrado. Este regime, que exerce uma atividade propriamente planetária, é resultante de dois processos: o primeiro é o movimento interno ao capital das economias centrais, que tem como um de seus traços específicos, hoje como ontem, buscar a superação dos limites à rentabilidade encontrada nos países que são sua base, através da expansão para o exterior. (LIMA; SERFATI; FARIAS, 2008, p. 1-7).*

São as análises teóricas de CHESNAIS (1994 e 1999) que introduzem no debate o conceito de mundialização. Os indicadores macroeconômicos da década de 90 mostram que economia mundial continua numa longa e persistente depressão. É possível considerar este quadro mundial como sendo a fase B do quarto Kondratieff. Assim, Chesnais argumenta que se está frente de um novo regime mundial de acumulação do capital, que ele – ao considerar como uma nova etapa do capitalismo mundial –, denominou de "regime de acumulação predominantemente financeira". A economia capitalista mundial manteve-se em uma de depressão de longa duração, da qual, para o autor só poderá sair mediante choques "externos" à economia.

Segundo Chesnais os elementos distintivos da macroeconomia mundial na última década do século XX e que, assim, caracterizam o novo regime de “acumulação predominantemente financeira” ou mundialização do capital são: (a) taxas baixíssimas de crescimento do PIB, mesmo em países como o Japão que tradicionalmente sempre teve excelente desempenho; (b) um estado permanente de deflação rastejante; (c) uma conjuntura internacional instável, com sobressaltos monetários e financeiros constantes; (d) altíssimo patamar de desemprego estrutural, não redutível; (e) exclusão de regiões inteiras em relação ao sistema de trocas; (f) concorrência internacional cada vez mais intensa, geradora de sérios conflitos comerciais entre as grandes potências.

O ponto de virada para a "mundialização do capital" foi a recessão de 1973, quando ocorre o início da depressão mundial. Foi neste momento histórico que o capital reinventou a velha e surrada cantinela de Hayek e demais seguidores com doutrina liberal, onde a tônica é que o poder dos sindicatos era nefasto e o movimento operário corroeu as bases de acumulação capitalista ao fazer o Estado gastar, cada vez mais, em políticas sociais. Assim, o capital procurou, de todas as maneiras, romper as amarras das relações sociais, leis e regulamentações, o capital teve êxito.

*A chamada ‘doutrina neoliberal’ ressurgiu a partir da crise de 1973, na qual entrou o capitalismo regulado, com elevados índices de inflação e queda na expansão do produto, combinação esta que surgiu pela primeira vez na economia pós-guerra. Para Hayek e demais seguidores de tal doutrina, o poder dos sindicatos era nefasto e o movimento operário corroeu as bases de acumulação capitalista ao fazer o Estado gastar, cada vez mais, em políticas sociais. Portanto, o “remédio” seria tornar o Estado forte, do ponto de vista de romper o poder dos sindicatos e no controle monetário, mas com poucos gastos sociais e econômicos, sendo a estabilidade monetária a maior meta de todo e qualquer governo. (BEZERRA & BARBOSA, 2008).*

Na realidade a ofensiva do capital nos anos setenta do século passado só foi possível pelas seguintes condições principais: (a) o poder que o capital adquiriu durante o longo período de acumulação dos "anos dourados"; (b) o papel das novas tecnologias que as grandes empresas transnacionais, souberam usar em benefícios próprios, particularmente para alterar as relações entre capital e trabalho e para enfraquecer o poder sindical dos trabalhadores; (c) compromisso firme dos Estados capitalistas, com políticas de liberalização, desregulamentação e privatização.

Segundo CHESNAIS (1996) as empresas transnacionais (como matrizes, filiais ou demandantes em contratos de subcontratação transfronteiras) respondem por *dois terços* do

comércio mundial de bens e serviços. Aproximadamente, 40% do comércio mundial pode ser considerada como inserida na categoria intragrupo. Conseqüentemente, a mundialização, é antes de qualquer coisa, a "mundialização do capital" e não a simples "mundialização das trocas". O que caracteriza o regime de acumulação do capital “mundializado” não é o lugar que nele ocupam as grandes corporações industriais, porém as grandes instituições financeiras bancárias e não-bancárias.

*Ampliou-se o grau de dependência entre as nações, em relação a um mercado mundial que é controlado por grandes corporações multinacionais e por um conjunto de países que estabeleceram uma institucionalidade de perfil impositivo. Em outras regiões de mesmas economias e em muitos países, as operações das FMN traduzem uma relação predatória pura e simples: de um lado, as concessões para a exploração de recursos energéticos (tanto gás quanto petróleo) ou minerais, e agora, para comprar ou, dizendo melhor, roubar a água e a conduzir a longas distâncias; de outro, as concessões de serviços de base, sem verdadeiro investimento ou quase, e beneficiados por tarifas monopolistas. Em segundo lugar, as “fugas de capital” atingiram uma dimensão considerável em determinados países e corresponderam a recursos coletados pelas elites locais, freqüentemente empréstimos em divisas fortes contraídas por seus países e, depois, investidos nos países desenvolvidos. Esses fluxos financeiros, que escapam por definição aos controles regulamentares, são difíceis de mensurar. Uma indicação de sua amplitude pode ser fornecida pela leitura do item “erros e omissões” dos balanços de pagamentos. As saídas de capital são contabilizadas sob esta rubrica, mas pode-se refletir que uma parte importante diz respeito às “fugas de capital”. Os itens “erros e omissões” representaram 15% do conjunto de saídas de capital com destino a países desenvolvidos, no período entre 1992 e 2000, e mesmo 42% das saídas de capitais com destino a outros países emergentes. (LIMA; SERFATI; FARIAS, 2008: 1-3).*

Para Chesnais, com freqüência sempre crescente, são grupos financeiros com dominância industrial sem dúvida, mas com diversificação para os serviços financeiros, além de uma atividade crescentemente importante como operadores no mercado cambial. Surge dessa aliança – que diferentemente do que pensa Chesnais, não é exatamente uma novidade do capitalismo atual – que é denominado "empresas-rede" que configura esta interconexão entre as finanças concentradas e a grande indústria.

Na excelente resenha que faz da obra “Mundialização do Capital” de Chesnais, ALMEIDA (1996) destaca que o primeiro capítulo do livro, “Decifrar palavras carregadas de ideologia”, apresenta com riqueza de detalhes, as linhas básicas do atual processo de internacionalização do capitalismo, bem como o festival de termos (“vagos e ambíguos”, segundo Chesnais) que se tornaram dominantes no discurso político e econômico recente.

Por sua vez, ainda, segundo Almeida no capítulo dois destaca-se dois aspectos muito pouco estudados atualmente: a importância dos investimentos produtivos externos, tanto no setor industrial como de serviços, e o importante papel desempenhado pelos Estados nacionais neste processo de internacionalização.

Chesnais insiste, ao longo de todo o seu livro, que a autonomia do setor financeiro do capitalismo mundial, embora real, é relativa. Como ele mesmo afirma, “a esfera financeira nutre-se da riqueza criada pelo investimento e mobilização de uma força de trabalho de múltiplas qualificações”.(CHESNAIS, 1996, p. 246).

Como observa Chesnais, estes conglomerados não se desinteressam da indústria, mas possuem um estilo muito peculiar ao se relacionarem com elas: buscam “valorizar seus ativos industriais pelos mesmos critérios que seus ativos financeiros como um todo”.

Por mais que se utilize o conceito de mundialização do capital, com todos os cuidados que Chesnais tenta tomar, é preciso firmar compromisso de que pelo conceito se entende aqueles mesmos processos ou processos assemelhados que foram denominados como Imperialismo.

*O regime institucional da mundialização é marcado, de forma central, pelo grau bastante elevado de liberdade de ação que garante às firmas multinacionais (FMN), aos bancos internacionais e às organizações capitalistas mais recentes e menos conhecidas, que são os investidores financeiros e “institucionais”. Esta liberdade de ação lhes abriu possibilidades ampliadas e, muitas vezes, novas, de apropriação do excedente produzido fora dos países centrais. Algumas transitam pelos mercados financeiros liberalizados, ao passo que outras repousam em mecanismos tais como o novo regime de propriedade intelectual instituído no contexto da OMC. (LIMA; SERFATI; FARIAS, 2008, p. 4).*

## **5. Digressão final**

É fato aceito que o capitalismo é uma forma de produção e distribuição da riqueza social extremamente revolucionária. Assim, o maior crítico desse modo de produção, MARX (1948) escrevia que o capital:

*...roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam sendo destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas - indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do*

*antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes, desenvolvem-se um intercâmbio nacional e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal.* (MARX & ENGELS, 1998, p. 43)

Desde Adam Smith um dos problemas básicos do capitalismo é o tamanho do mercado, A questão central é que a extensão do mercado não depende apenas da capacidade do poder de compra da classe trabalhadora. Quando os capitalistas realizam trocas entre eles na aquisição de máquinas, equipamentos, instalações e matérias-primas, eles expandem o tamanho do mercado. Diferentemente do mercado produzido pela massa salarial, que tem sua dimensão determinada pelo volume do capital variável que se troca por força de trabalho, o mercado intercapitalista depende de si próprio, considerando que seu tamanho e dinâmica passam a ser determinados pelo volume de gastos que os capitalistas pretendem realizar. Assim, quanto mais gastam, mais ganham e mais mercados se criam para suas mercadorias, de modo que o crescimento do mercado é determinado unicamente pelo capital. (KALECKI, 1977)

Com a grande indústria, o capital se impõe seu próprio movimento. Um movimento autonomizado. Como o capital, tem a si próprio como limite, ele cuida de transformar o mundo inteiro em um grande “centro comercial”, à medida que o capital cria seus próprios mercados e os internaliza à sua própria lógica de reprodução. Assim, para Marx a idéia esplêndida que o possuidor de mercadorias tem do mundo inteiro é a idéia de um mercado mundial.

Os marxistas tiveram que levar adiante a teoria e a política herdadas de Marx. A metamorfose do mundo num grande “centro comercial”, A idéia de Luxemburgo de que o mercado mundial não era apenas o desejo dos capitalistas, mas uma necessidade permanente do capital continua válida e a atualidade histórica só confirmam a amplitude de visão daquela autora. Encontrar erros nos trabalhos de Rosa é uma tarefa relativamente simples. Qualquer que autor que tenha escrito de um lugar e um tempo social e histórico, merece sofrer a crítica da história. Contudo, este trabalho argumenta que a idéia central de Luxemburgo de que o capital precisava se expandir sempre e que possivelmente haveria um limite parece cada dia mais consistente quando confrontada com a experiência histórica. Se como militante socialista, Rosa tentou derivar para o curto prazo o advento do socialismo baseado das suas conclusões teóricas e errou. Mas, como reconheceu Kalecki, as teses de Luxemburgo se tornam mais próximas da realidade com a passagem do tempo e as confusões que o capital apronta.

## Referências

- ALMEIDA, L. F. **Uma obra imperdível: a mundialização do capital** de François Chesnais. (Resenha). In: [http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1\\_resenha2.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_resenha2.pdf) Acesso em 12/05/2009.
- ANDRADE, Joana El-Jaick (2005). **Marxismo e revisionismo no final do Século XIX**. In: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/Joana%20El-Jaick%20Andrade.pdf>. Acesso em 10/07/2009.
- BEZERRA, ANA P. S. & BARBOSA, G. G. **Mundialização do capital, neoliberalismo e Processos Sociais Excludentes: o caso da Rússia e do Brasil nos anos noventa**. *IV COLÓQUIO INTERNACIONAL – SEPLA*, 2008, Buenos Aires, 2008
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996
- CONANT, Charles (1896). **The Economic Basis of Imperialism** In *North American Review* Volume 167, Issue 502. Cedar Falls, Iowa: University of Northern Iowa, 1898. In: <http://cdl.library.cornell.edu/cgi-bin/moa/moa-cgi?notisid=ABQ7578-0167-33>. Acesso em 10/11/2007.
- HOBSON, John. A. (1902). **Estudo del Imperialismo**. In: [http://apunter.rincondelvago.com/estudo-del-imperialismo\\_john-atkinson-hobson.html](http://apunter.rincondelvago.com/estudo-del-imperialismo_john-atkinson-hobson.html). Acesso em 12/11/2007.
- HOBSON, John. A. (1906). **A evolução do capitalismo moderno**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- KALECKI, M. (1933-1939). **Estúdios sobre la Teoria de los ciclos Econômicos**. (Coleccion Demos). Caracas – Barcelona: Ediciones Ariel, 1970.
- KALECKI, M. (1977). **Crescimento e Ciclo nas Economias Capitalistas**. Organização de J. Miglioli. São Paulo: Hucitec, 1977
- KAUTSKY, Karl. **Sozialisten und Krieg**. Praga, 1937
- LENINE, V. I. (1916). **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. In: *Obras escolhidas*, Volume 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- LENINE, V.I. **A revolução proletária e o renegado Kautsky**. In: *Obras escolhidas*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, v. 3, 1988.
- LIMA, M. Costa & SERFATI, Claude & FARIAS, F. **Imperialismo, mundialização do capital e integração regional**. (fevereiro/2008) In: [http://www.acesa.com/gramsci/texto\\_impressao.php?id=865](http://www.acesa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=865). Acesso em 12/06/2009.

- LUXEMBURGO, Rosa. (1913). **A acumulação de capital: contribuições à explicação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MAGDOFF, H. (1969). **A era do imperialismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MAGDOFF, H. (1978). **Imperialismo da era colonial ao presente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. *São Paulo*: Boitempo Editorial, 1998.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. (6 volumes). São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.
- MATTICK, Paul (1939). **Karl Kautsky: de Marx a Hitler**. In: [http://www.geocities.com/jneves\\_2000/kautsky.htm](http://www.geocities.com/jneves_2000/kautsky.htm). Acesso em 10/07/2009.
- MCCRAW, Thomas K. (1998). **Alfred Chandler: ensaios para uma teoria histórica da grande empresa**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
- PALLOIX, Christian (1972). **A economia mundial capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Estampa. Revista Veja. São Paulo: Abril, 03 abr 1996. p.80-89
- Revista Veja**. São Paulo: Abril, edição 1582, 27 jan 1999. p.46-53
- STEINDL, J. (1952). **Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano**. (Coleção Os economistas). São Paulo: Abril, 1983
- SWEEZY, Paul M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- VALIER, Jacques. **La Teoria Del Imperialismo de rosa Luxemburg**. In: Teoria Marxista del Imperialismo. Córdoba – Argentina: Cuadernos de Pasado y Presente, nº 10, 1969.
- VILLA, J. M. Vidal. **Teorias del imperialismo**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.